

# MULHERES EM COMBATE DIRETO – Uma visão estratégica

ALEXANDRE LUIZ ALVES DA SILVA\*  
Capitão de Mar e Guerra (FN)

---

## SUMÁRIO

Introdução  
Mulheres nas Forças Armadas em frentes de combate em alguns países  
Mulheres na frente do combate – Desafios a superar  
Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) – Desafio aceito  
Conclusão

## INTRODUÇÃO

Mulheres são fundamentais para a sociedade. A partir do momento em que são concebidas, já recebem o dom de poder gerar outro ser dentro de si. Como mães, elas se tornam um bastião para seus filhos e filhas. Por muitos anos, foram

percebidas pelas sociedades somente nesta função. No entanto muitas mulheres demonstraram que poderiam participar de diversas outras situações, se assim desejassem. Joana D'arc, na Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra; Margaret Corbin, na Guerra da Independência dos Estados Unidos (EUA); Policarpa Salavar-

---

\* Doutor e mestre em Ciências Navais. Professor e pesquisador convidado pela Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto, Colômbia, no período 2022-2024. Possui 34 anos de experiência de serviço na Marinha do Brasil, dos quais 26 anos atuando em unidades de ensino e operacionais no CFN.

rieta, na Guerra da Independência da Colômbia contra a Espanha; e Maria Quitéria, na Guerra da Independência do Brasil, são exemplos de mulheres que participaram de importantes conflitos políticos.

No Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial (IIGM), um grupo de voluntárias atuou como enfermeiras. Ao retornarem, trouxeram lições e exemplos para as gerações futuras, mas a inserção das mulheres nas Forças Armadas (FA) brasileiras só aconteceu na década de 1980. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, após esse conflito, ocorreu a integração oficial das mulheres em suas FA, embora apenas em áreas de apoio. Contudo já se percebia na sociedade uma tendência, a partir da década de 1970, de maior participação das mulheres nas FA devido à eliminação de restrições existentes nas leis e, principalmente, à percepção que já se fazia presente na sociedade:

mudanças ligadas ao maior reconhecimento do papel das mulheres, sua presença no mercado de trabalho, as pressões democráticas por igualdade e a ampliação de direitos e oportunidades de cidadania, além de transformações nas organizações militares, produto de certas mudanças tecnológicas e redefinições estratégicas e sócio-organizacionais. (RODRÍGUEZ, 2012)

Cada vez mais, tornou-se essencial integrar mais mulheres na FA e permitir-lhes explorar melhor este campo de trabalho. Por fim, essa ação poderia retirar as Forças de um isolamento que existia há anos,

democratizando também essa atividade. Todavia, em 1997, Margaret C. Harrell e Laura L. Miller, membros do National Defense Research Institute (Rand) apontaram no relatório final de sua pesquisa, chamado *New Opportunities for Military Women* (RAND MR896.pdf), que, “em geral, as mulheres podem atuar em uma gama muito maior de unidades e áreas profissionais, mas há diferenças entre os serviços”.

Em outubro de 2000, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi aprovada a Resolução 1.325, que preconizava a igualdade de homens e mulheres na consolidação da paz e em todos os serviços. Entre os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 2020, segundo o relatório anual do seu secretário-geral,

as mulheres representavam cerca de 12% das forças nacionais aliadas. Constituem uma porcentagem maior no Estado-Maior Militar Internacional

da Otan (41%) e em um conjunto mais diversificado de funções. O número de mulheres em cargos de liderança aumentou ao longo dos anos e a porcentagem de mulheres na alta administração chegou a 30% em 2020. (STOLTENBERG, 2020)

Na Organização das Nações Unidas (ONU), 3,8% (RAVNKILDE, 2017) integram missões de paz. Na América Latina, a porcentagem de mulheres que compõem as Forças Armadas em todos os países é em torno de 4% (DONADÍO, 2010).

Apesar do aumento significativo de mulheres nas Forças Armadas, em todo o

**Cada vez mais, tornou-se essencial integrar mais mulheres na Forças Armadas, permitindo a elas explorar melhor este campo de trabalho**

mundo e em órgãos como a ONU e a Otan, percebe-se que o número ainda é baixo em alguns setores. Parece claro que as maiores dificuldades ocorrem na infantaria e nas operações especiais. As percepções e experiências pessoais do autor indicam que, embora haja vontade e decisões políticas tomadas com o propósito de permitir a inserção de mais mulheres nessas áreas, deve-se ter o necessário cuidado ao submetê-las a situações de desgaste físico e psicológico, além de outros fatores, sem oferecer condições mínimas adequadas.

Assim, neste artigo de opinião, o autor identifica alguns países que integraram as mulheres em suas FA e a situação atual em relação a unidades de combate direto; aborda alguns pontos que, na sua opinião, devem ser observados e, se possível, corrigidos e implementados em relação a dificuldades existentes para que as mulheres integrem em maior número as unidades de combate direto; e mostra a decisão do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil em integrar as mulheres, finalizando com uma breve conclusão.

## MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS EM FRENTE DE COMBATE EM ALGUNS PAÍSES

Na Itália, as discussões sobre a integração das mulheres nas Forze Armate Italiane (FAI)<sup>1</sup> começaram por volta de 1963, mas somente em 1999, devido às mudanças ocorridas na sociedade e a um movimento internacional, foi aprovada a Lei 380<sup>2</sup>, de 20 de outubro de 1999, que

autorizou “o Governo a estabelecer o serviço militar voluntário para mulheres permitindo que elas ingressem nas FAI e na Guarda de Finanças”. Nos primeiros anos, o saldo mostrou-se muito positivo quando os editais foram publicados em 2000. Atualmente, as mulheres podem ser promovidas a qualquer posto ou patente dentro da FA, mesmo nas frentes de combate, “exceto nas forças especiais, devido às altas exigências físicas”.

Na França, desde 1938<sup>3</sup>, a participação de mulheres nas Forças Armadas foi prevista para defender seu país em situação de conflito militar, mas sua integração plena só ocorreu a partir de 1999, quando nove mulheres ingressaram, pela primeira vez, no Comando de Operações Especiais. Nos dias atuais, a presença feminina é de cerca de 19%, integrando todo o corpo. No entanto, na Infantaria, o efetivo gira em torno de 1,8% (RODRÍGUEZ, 2012), e, embora esteja presente, o índice é baixo.

Na Alemanha, desde 1955 as mulheres integram as Bundeswehr<sup>4</sup>, mas não tinham autorização para o uso de armas.

Em 2001, a participação das mulheres foi possível sem quaisquer limitações. A partir de 2021, as mulheres atuam em pé de igualdade com os homens, como comandantes de navios ou tanques, como médicas ou especialistas, e em cargos que poderiam ser preenchidos em contingentes alemães em operações no exterior. Tendo como foco a manutenção da sua capacidade operacional, as mulheres em serviço

1 Forças Armadas da Itália.

2 Disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2FPPrICAqhKb7yhsq3bGBgj7nnUgqOo%2FynBtO%2BOG7j9EG9EnNpoZBYLa06JnhILesXiRjEcv0ygCdRLSwjLXeyB8dBhq%2F4ENN7YyOjOEnWYjLMIA%2BBg4rryzFT7>.

3 Lei de 11 de julho de 1938, “relativa a la organización general de la nación en tiempo de guerra”, Diario Oficial de la República Francesa, 13 de julho de 1938, p. 8.330.

4 Forças Armadas da Alemanha.

deveriam alcançar o mesmo nível de desempenho que os homens em serviço e apenas se diferenciariam na avaliação do desempenho esportivo. Hoje são 23 mil mulheres (cerca de 12%), mas, ainda assim, não há mulheres em serviço nas operações especiais. (BUNDESWEHR, 2021)

O Reino Unido foi um dos países que mais rapidamente integrou as mulheres às Forças Armadas, as British Armed Forces (BAF)<sup>5</sup>. Desde a IIGM, elas participam ativamente em grupos de apoio. A partir da década de 1990, passaram a ser integradas em todos os órgãos e unidades. Em 1997, uma mudança ocorreu após as BAF realizarem um estudo para verificar a eficiência das mulheres nas unidades de combate direto, cujas conclusões não foram positivas. O resultado levou os chefes de estado-maior a “manterem as mulheres excluídas das unidades de combate, como fuzileiros navais, infantaria e cavalaria” (REINO UNIDO, 2002). A União Europeia não aceitou essa decisão e determinou uma revisão dos resultados a cada oito anos. Assim, um novo estudo foi feito em 2009 e 2010, e sua conclusão foi que “havia menos coesão do que os homens em pequenas unidades de combate, especialmente quando havia três ou mais mulheres na unidade” (CONSULTANCY, 2010). Devido aos resultados desses estudos, ainda inconclusivos em relação a

pontos positivos ou negativos, foi decidido, em 2010, que mulheres não participariam de unidades de combate direto. Em 2015, outra mudança: em uma entrevista concedida ao jornal *Sunday Telegraph*, o primeiro-ministro David Cameron<sup>6</sup> afirmou que “todos os cargos nas FA estariam abertos às mulheres em 2016”. Após dois anos, em uma entrevista em 2018, o ministro da Defesa Gavin Williamson<sup>7</sup> disse que elas seriam “capazes de desempenhar todas as funções nas FA do Reino Unido, incluindo as de infantaria e do centro de treinamento dos Royal Marines Commando (RMC)” (UK NEWS, 2018). Porém os números aparentam ser baixos: cerca de 11,2%<sup>8</sup> em todas as FA do Reino Unido e de 10,3%, incluindo a Marinha Real e os Royal Marines.

Nos Estados Unidos, as mulheres serviram na Primeira e na IIGM em unidades de apoio. Em 1948, o Women’s Armed Services Integration Act<sup>9</sup> “possibilitou que as mulheres ingressassem regularmente nas United States Armed Forces<sup>10</sup> no serviço ativo e nas reservas, entretanto com inúmeras restrições, tanto de destino quanto de número”. Entre 1992 e 1994 foi construído um entendimento no Congresso dos EUA de que havia chegado a hora de mais mulheres ingressassem nas FA americanas. Em 1994, o secretário de Defesa suspendeu a “regra do risco”<sup>11</sup>, que “anteriormente impedia as mulheres de servir em unidades com alta probabili-

5 Forças Armadas britânicas.

6 David Cameron, líder do Partido Conservador Britânico, foi primeiro-ministro do Reino Unido entre 2010 e 2016.

7 Sir Gavin Alexander Williamson foi um político britânico, secretário de Estado de Defesa de 2017 a 2019.

8 Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/1042421/UK\\_armed\\_forces\\_biannual\\_diversity\\_statistics\\_1\\_October\\_2021.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1042421/UK_armed_forces_biannual_diversity_statistics_1_October_2021.pdf).

9 Pub. L. N.º. 80-625, 62 Stat. 356-75 (June 12, 1948).

10 Forças Armadas dos Estados Unidos.

11 Memorandum on Direct Ground Combat Definition and Assignment Rule from the Secretary of Defense to the Secretary of the Army, Secretary of the Navy, Secretary of the Air Force, Chairman, Joint Chiefs of Staff, Assistant Secretary of Defense (Personnel and Readiness), and Assistant Secretary of Defense (Reserve Affairs) (Jan. 13, 1994). Acesso em: 9 de maio de 2022.

dade de entrar em combate”. Isso foi um reconhecimento de que, dada a natureza mutável da guerra, não havia mais nenhum lugar seguro no campo de batalha.

Dessa forma, mudanças legislativas foram feitas, e o “percentual de cargos ocupados por mulheres entre 1993 e 1997 aumentou para mais de 80% em todo o Departamento de Defesa”(RAND\_MR896.pdf). A partir de 2001, devido ao 11 de Setembro, mais de 280 mil mulheres foram enviadas ao Iraque e ao Afeganistão. De acordo com Greg Myre, “mulheres pilotos de helicópteros estavam voando dentro e fora das zonas de combate. Os médicos trataram os feridos onde eles caíram. No Afeganistão, os Marines<sup>12</sup> estabeleceram equipes de mulheres, conhecidas como “leoas”, que foram enviadas para falar com mulheres afegãs, as quais jamais falariam com soldados americanos do sexo masculino” (MYRE, 2013).

Este grupo, chamado Female Engagement Team<sup>13</sup>(FET), era formado por “equipes de cinco mulheres, todas escolhidas entre as voluntárias pela condição física, entusiasmo, maturidade e habilidade com as pessoas. Exigiu-se de todas uma preparação específica para esta tarefa”. Elas não foram encarregadas de “mudar as concepções culturais afegãs ou trabalhar pela libertação das mulheres afegãs. Seu principal objetivo era facilitar o desenvolvimento da missão” (INZA, 2012).

Desde 2012, nos Marines, há maior possibilidade de que mais mulheres atuem na frente de combate, porém poucas conseguiram concluir o curso de Infantaria que qualifica oficiais para comandar tropas em combate direto. Durante oito anos, até 2020, “mais de 300 mulheres ingressaram nas forças de combate, ainda

assim, apenas uma comandou um pelotão de infantaria”. Ao tomar conhecimento deste fato, o comandante dos Marines Corps, General David Berger, em uma entrevista ao periódico *Military.com*, determinou, em fevereiro de 2020, que “mais mulheres deveriam liderar pelotões” (HARKINS e SECK, 2020). Esse processo está em andamento. No entanto ainda não há mulheres em algumas unidades de combate que se envolvem em ações ofensivas diretas e deliberadas, como operações especiais.

Em um estudo publicado no Brasil pelo Instituto Igarapé, foram elencadas algumas percepções, denominadas como mitos, as quais supostamente contribuiriam para limitar mulheres em frentes de combate, ou seja, em áreas operacionais que cobram maior intensidade no treinamento e no combate direto.

Mulheres prejudicariam uma operação de combate por serem supostamente mais fracas física e psicologicamente, afetando o moral e a coesão da tropa envolvida. Haveria uma preocupação exacerbada por parte dos homens sobre como uma mulher conseguiria manter-se em atividade operacional intensa, vivenciando seu período menstrual ou pré-menstrual. Também existiria uma tensão sexual provocada nos homens pela simples presença de mulheres treinando e combatendo lado a lado. Haveria uma insegurança nos homens ao serem comandados por mulheres. (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017)

O estudo se mostra interessante em vários aspectos, no entanto a metodologia utilizada na segunda etapa, quando

12 Fuzileiros Navais dos EUA.

13 Equipes de Interação com Mulheres.

foram realizadas entrevistas com jovens integrantes da Escola Naval, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Academia da Força Aérea, principais centros formadores de oficiais das FA do Brasil, visando captar suas percepções, não apresentou precisão sobre o assunto, talvez pelo fato de os militares, ainda jovens e em processo de formação, não possuírem nenhuma experiência na atividade operacional. Há que se considerar que uma fase são os bancos escolares, outra é a vida operacional, integrando ou comandando frações com toda a responsabilidade inerente às funções. Ou seja, poderíamos supor que suas percepções seriam meras expectativas em vez de certezas.

Mito ou verdade? Percepções ou realidade? Algumas percepções mencionadas na pesquisa publicada no Instituto Igarapé apontam para problemas que de fato podem existir, e, para incentivar que mais mulheres

se incorporem a estas atividades, eles devem ser superados. Os desafios são inúmeros, e o maior talvez seja identificar as reais dificuldades, se seria possível pontuá-las, discuti-las e corrigir o necessário para tornar tanto a infantaria quanto as operações especiais mais atraentes.

## **MULHERES NA FRENTE DO COMBATE – DESAFIOS A SUPERAR**

A infantaria é conhecida pelas exigências que dos infantess são cobradas, pois com ela efetivamente as conquistas são alcançadas por meio de seus integrantes, que olhariam nos olhos do inimigo em

combates diretos quando necessário. Logo, dos infantess exige-se comprometimento, resiliência, persistência, união, espírito de corpo e iniciativa em todas as ações. Aos que escolhem as operações especiais, além de todas as peculiaridades da infantaria, seu emprego é variável, ocorrem muitas ações inopinadas, e o risco de vida é permanente. Além disso, é cobrada a busca pela excelência no preparo individual, um nível alto de exigência, e a carga de material que precisa ser levada por cada militar é bem maior.

O autor, depois de atuar por mais de 26 anos em atividades operacionais no CFN do Brasil, integrando unidades de infantaria e realizando diversas ações em ambientes

especiais, especialmente na Amazônia Brasileira, no Haiti e, ainda, na área de formação militar, elencou alguns desafios, que, de acordo com suas percepções pessoais, precisam ser superados para que mais mulheres

integrem as áreas de combate direto.

Um dos desafios é tornar a infantaria e as operações especiais atraentes diante das exigências e dos sacrifícios existentes; um outro seria coadunar os cursos de formação destinados a essas áreas com foco no objetivo final, ou seja, o que se espera de um militar no curso das ações sem focar nas condições biológicas tanto dos homens quanto das mulheres. Um grande desafio, se não o maior na percepção do autor, é pontuar que é necessária resistência física e psicológica acima do normal, não apenas nos cursos, mas na vida operativa. Também há que se estudar a possibilidade de um maior e melhor investimento, tanto em uniformes quanto

### **Um dos desafios é tornar a infantaria e as operações especiais atraentes diante das exigências e dos sacrifícios**

em equipamentos adequados para homens e também para as mulheres. Outros desafios que, no entendimento do autor, são em maior escala seriam superar barreiras culturais ainda existentes e clarear quais serão as reais dificuldades em relação à vida familiar e ao momento de escolha para ter filhos.

Como valorizar o papel da infantaria e as operações especiais a fim de torná-las mais atraentes para ambos os gêneros? Na visão do autor, algumas ações aparentam ser simples e outras mais complexas. Uma simples seria maior divulgação sobre como são realizadas essas atividades e para que elas existem. Muitas pessoas, tanto homens como mulheres, desconhecem totalmente essas áreas, que, em função disso, tornam-se um mistério e, naturalmente, tendem a provocar reações negativas. No entanto divulgar não significa fazer propaganda enganosa. Um exemplo é a etapa do curso dos Seals<sup>14</sup>, amplamente divulgada e chamada “semana do inferno”, quando muitos sabem que ocorrerá, mas não sabem exatamente o que será feito e quais cobranças serão exigidas, ou seja, para quem quiser comprar o bilhete de entrada, este estará disponível. Mas será que todos chegarão ao final do “filme proposto”? Essa decisão caberá a cada voluntário(a).

No caso das operações especiais, além do que já foi mencionado, quando se olha também pelo lado operacional, o elevado grau de dedicação e risco é muito acima do praticado em outras atividades, sejam estas de combate direto, de apoio ao combate ou de apoio ao serviço de combate. Por esta e outras razões e pelo desconhecimento da atividade, qualquer militar,

homem ou mulher, poderá ter receios. Quando se voluntariam, esta situação já faz com que os militares masculinos se perguntem: o que estou fazendo aqui? Entretanto, para os que já possuem um espírito de combate, a resposta é rápida e se traduz em: porque eu quero, porque preciso superar minhas limitações e conhecer melhor meu limite.

Todavia esta resposta talvez não seja a mesma para todos. Para o autor, esta decisão não passa pela questão de gênero, de homens serem melhores que mulheres ou vive versa. Não, nada disso. Existem muitos homens que ficam pelo caminho, e existirão muitas mulheres que resistirão e concluirão os cursos com sucesso. Contudo, ao compararmos uma atividade tão dura, complexa, exigente e que envolve risco permanente de vida com as posições já existentes e ocupadas desde sempre, talvez tornemos as operações especiais menos atraentes. Ou seja, semelhante aos homens, para que mulheres se apresentem como voluntárias para essas atividades, na infantaria e nas operações especiais, há que se ter criatividade ao pensar em incentivos para atrair ambos os gêneros e, talvez, em maior valorização.

Outro desafio para o autor é o olhar com lupa para o processo de formação durante os cursos destinados inicialmente à infantaria e os que possibilitam a entrada nas operações especiais. Ambos foram planejados essencialmente para homens, e há que se verificar, pesquisar e entender se as disciplinas e cobranças realizadas durante a condução se coadunam com o que se espera de um militar que poderá estar em combate direto, liderando grupos de operações especiais, pelotões de

---

14 Os Seals são uma tropa de Operações Especiais dos Estados Unidos. A sigla significa Sea, Air, and Land (Mar, Ar e Terra). Eles são responsáveis por treinar, preparar e executar ações em ambientes marítimos, urbanos e desérticos, selva, ártico e montanhoso.

infantaria ou integrando essas frações, independentemente de ser um homem ou uma mulher. O foco deve ser o objetivo final, ou seja, o que as mulheres precisam desenvolver para ter o mesmo nível de desempenho dos homens no serviço que se propõe ser executado, talvez se diferenciando em alguns pontos quanto ao rendimento em esportes.

Nos EUA, mesmo tendo sido abertas possibilidades para que mais mulheres realizassem o curso de infantaria, poucas tiveram sucesso. O que teria ocorrido? Preparo individual abaixo do desejado? Expectativas frustradas? Em um país que participa com contingentes em guerras, e que talvez necessite de mais mulheres em seu efetivo, o resultado não foi o desejado. Em um artigo publicado no *military.com*, em agosto de 2020, menciona-se que:

os Marines têm lutado para encontrar oficiais do sexo feminino dispostas a tentar o exaustivo curso de Oficial de Infantaria de 84 dias. Em fevereiro de 2016, menos de dez mulheres haviam tentado desde que foram abertos, e duas se formaram. A primeira mulher, ao se formar em setembro de 2017, passou a liderar um pelotão de soldados com o 2º Batalhão, 4ª Marines, durante uma rotação para a Austrália, e a segunda se tornou um oficial de Inteligência. No Exército americano, que é bem maior que os Marines, existem 489 mulheres servindo na Infantaria. Todavia isso significa menos de 1% no Exército, que inclui mais de 61 mil soldados. Outra informação interessante diz respeito ao curso na Escola de Rangers, do Exército americano, tratado como uma área de operações especiais. Em 2016 apenas quatro mulheres ganharam suas guias e passaram a servir nesse regimento. (HARKINS e SECK, 2020)

Outro desafio é a soma de um bom preparo físico com resistência psicológica. Por experiência pessoal, o autor considera fundamental maior resistência física por conta de algumas atividades que sabidamente são extenuantes, assim como ter um preparo psicológico para resistir e persistir em situações anormais. De todas as atividades operacionais, nas que são realizadas na infantaria e nas operações especiais as exigências são bem maiores. Existem peculiaridades, aparentemente simples, tais como a necessidade de carregar seu próprio armamento e equipamento, um peso considerável, o pouco tempo para descanso, as marchas prolongadas, as condições insalubres na maior parte do tempo e uma alimentação realizada, em boa parte, por meio de ração operacional, que impõem um elevado grau de resistência física e psicológica.

Segundo o Brigadeiro Antônio Carlos Coutinho, presidente da Comissão de Gênero, criada no Ministério da Defesa do Brasil em 2014, ou seja, há oito anos, esse assunto já estaria em discussão. Ele pontuou em uma entrevista, ainda em 2014:

essa é uma discussão que vemos ocorrer em diferentes países e por onde já passaram todos os países que abriram totalmente suas Forças para as mulheres. Recentemente tivemos uma reunião com esse tema central, o entendimento correto da condição fisiológica do organismo feminino submetido a situações de esforço físico intenso, e seguimos discutindo isso sempre que temos oportunidade de irmos a reuniões internacionais que tratam de gênero. (BIANCONI, 2014)

Nos cursos, treinamentos ou em missões operativas realizados pelo autor, todos apenas com homens, muitos



companheiros imaginavam que poderiam suportar o desconforto e as constantes fadigas. Imaginavam que facilmente aguentariam passar o dia fazendo atividades físicas ou operacionais, as quais terminavam próximo de meia-noite, e, ao retornar ao alojamento, quando isto era possível, simplesmente descansariam e estariam prontos para as atividades do dia seguinte. Não, o sistema não funcionava assim. Chegando ao alojamento, teríamos que limpar o armamento e o equipamento e colocá-los em condições de pronto emprego. Além disso, era necessário limpar o próprio uniforme, tomar banho e se alimentar, tudo preferencialmente nesta ordem. Supondo que as atividades seguintes teriam início antes do amanhecer do dia seguinte, sobravam apenas algumas horas para descanso. Descanso? Alguns amigos que tiveram sucesso ainda se perguntam se aqueles momentos eram de fato “um descanso”. Muitos companheiros sucumbiram e “ficaram para trás”, e assim o fizeram porque não se prepararam fisicamente ou, mesmo tendo um excelente preparo físico, não suportaram psicologicamente o que deles foi cobrado. O físico e o psicológico precisam estar juntos, um proporcionando suporte ao outro. Se um fator falha, o outro ajuda. Quando ambos falham, é o fim.

Se isto ocorre com muitos homens, poderá ocorrer com mulheres. Os encarregados desses cursos precisam identificar se o que é cobrado se coaduna com o necessário para uma correta captação, tanto de homens como de mulheres, e definir de forma clara onde e como os voluntários serão utilizados ainda durante a formação. Há espaço para todos, mas, assim como os homens que completam todas as fases e são selecionados para atividades específicas, as mulheres precisam entender todo o processo, a fim de fazerem boas escolhas.

Isto significa sucesso ou fracasso? Não. Significa identificar militares que se enquadrem em trabalhos específicos.

Fato existente, e por vezes esquecido em grande parte dos estudos, é o desconforto inerente à mulher quanto à atividade militar na questão do uniforme e dos equipamentos. O uniforme hoje existente não favorece as mulheres, pois normalmente não é preparado para elas. As condições de insalubridade existentes em muitas ocasiões são enormes, e todos, homens e mulheres, precisam estar preparados para esses momentos, convivendo normalmente, sem preconceitos ou intimidações. Na cultura atual, predominante em muitos países, tanto nas unidades onde são realizados os cursos quanto nas unidades operativas, há uma imposição de existirem locais separados para homens e mulheres, ponto que, na visão do autor, em vez de unir, impede o acesso e separa, pois, se para homens e mulheres não é possibilitado frequentar todos os locais, ambos não terão todos os direitos de livre acesso, contrariando o que se deseja: uma total integração.

O autor recorda-se que durante seu período de formação, em sua viagem de instrução, em um dos países visitados na Europa, ainda nos anos 90, observou, em visitas realizadas a navios de outros países europeus atracados, que marinheiros, homens e mulheres, realizavam suas atividades de banho e higiene em lugares comuns. Talvez, e aqui o autor apenas sugere uma reflexão, por terem esses povos vivido situações extremas, como o desconforto em inúmeras guerras, tenham desenvolvido um processo de aceitação que os diferencia de outras nações. Este aspecto, a cultura interna de cada país, dificulta para que homens e mulheres tenham total liberdade sem que atraiam olhares que possam caracterizar assédio ou, no seu extremo, abuso sexual. Se é

para serem iguais, que sejam em tudo, nas bonanças e no sofrimento. E, caso corram problemas, que estes sejam investigados com profundidade e que se promovam punições se provadas situações previstas nas normas militares.

Cabe também a reflexão sobre o equipamento utilizado nas atividades de combate direto. Há uma frase tradicional utilizada pelos infantes e pelos operações especiais, seja em um treinamento ou em uma missão real: “quer conforto, combatente? Carregue”. Se esses elementos precisam carregar seus equipamentos para bem cumprir suas missões, há que se investir na busca e na aquisição de materiais mais leves. Este investimento, sem dúvida, propiciará a todos os militares, independente do gênero, desenvolverem suas atividades mantendo-se a eficiência no cumprimento das tarefas. Por experiência pessoal do autor, este investimento é percebido em alguns esportes considerados radicais pelos riscos envolvidos, os quais se aproximam das atividades operacionais de combate direto, tais como a escalada de montanhas. Mulheres e homens os praticam, contudo, o uso de materiais mais leves possibilitaria mais igualdade no desenvolvimento da atividade e certamente uma melhor *performance*.

Outro tema importante, por vezes controverso, é a presença de mulheres em frentes de combate propriamente ditas. No imaginário de muitos homens, a mulher é especial por representar a figura da genitora e, tendo os homens essa percepção, imaginam que elas deveriam ser sempre protegidas, afinal são elas que possibilitam o prosseguimento da vida e a formação de gerações posteriores. Em experiências pessoais, quando foi desdobrado no Haiti em três oportunidades, o autor percebeu essa tendência – e apenas reafirmo, uma tendência. Mesmo após uma irmandade

criada durante os treinamentos, se um militar homem estava com dificuldade ou fosse ferido durante o desenvolvimento de uma determinada atividade, fosse no treinamento ou durante a missão real, havia uma preocupação por parte dos paramédicos em atendê-lo, todavia o restante da tropa prosseguia visando cumprir o objetivo desejado. Já com militares mulheres feridas em situações semelhantes, mesmo que levemente, havia um posicionamento diferente por parte dos homens, pois eles não prosseguiram nas ações. Havia algo que os fazia permanecerem estáticos até que a mulher fosse atendida e retirada do local. Isso não é um mito criado, é fato, e foi percebido quando o autor vivenciou o terremoto ocorrido em janeiro de 2010 no Haiti. Em função dessa percepção, o autor se questiona se o tratamento dado às mulheres durante uma ação ofensiva na infantaria ou nas operações especiais seria o mesmo que é dado aos homens em combates diretos. Em tese, haveria uma tendência nos integrantes de pelotões de infantaria em não avançarem e firmarem o desejo de primeiro atender e salvar as feridas em combate em vez de prosseguirem no cumprimento da missão. Isto é uma informação que precisa de mais pesquisas para sua veracidade.

Essa soma de peculiaridades inerentes às unidades de combate direto, naturalmente, provocam mais reflexões nas mulheres sobre o momento da escolha de formar uma família, mantê-la e, principalmente, quando seria o momento de se tornar mãe, já que são elas as que mais necessitam de auxílio e acompanhamento médico neste período. Conforme mostrado, a vida operativa em unidades onde é realizado o combate direto já é difícil, e se torna mais ainda para as mulheres quando envolve esse momento de escolha. Todos os pontos mencionados anteriormente

provocam dificuldades reais em relação à vida familiar, tanto em homens quanto em mulheres, e, em muitos casos, ambos necessitam de suporte seguro por parte da estrutura organizacional para que se sintam amparados. Na visão do autor, por parte da gestão de pessoal das instituições de combate, há que se identificar necessário equilíbrio entre manter uma militar feminina operacional na infantaria e nas operações especiais e o momento adequado de transferi-la para áreas administrativas. Estes equilíbrios, quando e se atingidos, sem prejudicar o sistema operacional, poderão atrair mais militares femininas para atuarem em unidades de combate direto, superando assim os desafios existentes.

### **CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS (CFN) – DESAFIO ACEITO**

No Brasil, após a participação de um grupo de mulheres na IIGM, a Marinha do Brasil (MB) foi pioneira na integração das mulheres, criando, em 1980, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha

(CAFRM). Ao longo dos anos seguintes, as mulheres ganharam mais espaço, todavia, até 2015, elas ainda não faziam parte das patentes de oficiais do Corpo da Armada (CA) e do CFN, o que impossibilitava que elas assumissem o comando de unidades ou frações destinadas a lutar em combate direto e, o mais importante, que tivessem a chance de ascender aos postos mais elevados na MB.

Novamente a MB foi pioneira em possibilitar essa chance às mulheres, por meio do CFN, sua tropa de elite, a qual tem obrigação de estar pronta para o emprego imediato em combate direto, tendo ainda natureza expedicionária e perfil anfíbio. Em 2015, tivemos a primeira mulher (Figura 1) a se tornar oficial do CFN, e, daquele ano até 2021, três mulheres completaram o curso básico de infantaria. Destas, uma comandou um pelotão no CFN e progrediu dentro de uma unidade de combate.

A Capitão-Tenente (AFN) Debora<sup>15</sup>, primeira oficial, em entrevista à publicação *O Anfíbio*, se lembra bem das dificuldades que encontrou e de como as portas foram abertas:



Figura 1– Capitão-Tenente (AFN) Debora em Missão de Paz, compondo o efetivo do GptOpFuzNav-Haiti  
Fonte: *O Anfíbio*, 2021

15 A Capitão-Tenente (AFN) Debora Ferreira de Freitas Sabino ingressou no CFN em 2004, como musicista, e, em 2015, foi aprovada no concurso para oficiais auxiliares do CFN.

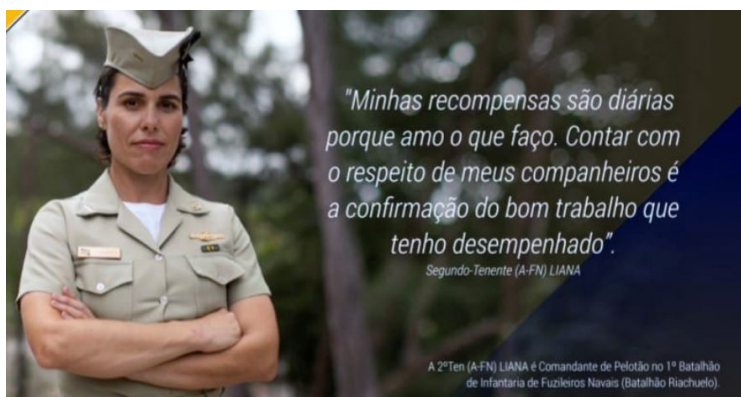


Figura 2 – Primeiro-Tenente (AFN) Liana

Fonte: Associação de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais

Após concluir o curso de formação, fui designada para participar do 25º Contingente do GptOpFuzNav no Haiti, no qual atuei como oficial de Assuntos Cívicos e Comunicação Social. Adquiri experiência, vivenciando na prática as ações de busca de informações. Nesse momento observei a grande importância da participação das mulheres nas Operações de Paz, facilitando a aproximação com a população local. (O ANFÍBIO, 2021<sup>16</sup>)

A Primeiro-Tenente (AFN) Liana<sup>17</sup> (Figura 2), aprovada em 2017, foi a terceira mulher a se tornar oficial do CFN e a primeira a comandar um pelotão de infantaria. Em entrevista à publicação *Notanf*, Notícias & Eventos do CFN, resumiu bem as adversidades, ainda em 2019:

Acho que é possível conciliar minha vida pessoal com minha carreira de oficial, aproveitando o meu tempo livre.

Como meu marido também está no CFN, fica mais fácil entender as peculiaridades da nossa profissão. As maiores dificuldades que experimentei foram na parte física. Apesar de ter me preparado, senti muitas dores musculares, principalmente no início do curso. Nos exercícios de campo, a dificuldade é a exposição ao ambiente inóspito. Tudo o que tínhamos e podíamos usar era o que estava em nossas mochilas. Quando íamos para os exercícios de campo, a rotina era mais exigente, tínhamos atividades até o amanhecer e, em alguns casos, nem dormíamos. Comemos e passamos dias sem tomar banho. Não senti nenhum tipo de preconceito. Desde o início, quem não me conhecia viu que eu fazia tudo igual a eles: corria, nadava, fazia flexão sem os joelhos no chão. Então, acredito que isso tenha inibido qualquer preconceito que pudessem ter comigo. (NOTANF, 2019<sup>18</sup>)

16 Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/gptopfuznav-tem-primeira-mulher-combatente-integrar-uma-tropa-da-onu>.

17 A Primeiro-Tenente (AFN) Liana Arduino de Magalhães ingressou no CFN em 2001, como musicista, e em 2017 foi aprovada no concurso para oficiais-auxiliares do CFN.

18 Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/sites/www.marinha.mil.br/cgcfm/files/NOTANF%202T%202019%20SITE.pdf>.

Seu desempenho no curso foi elevadíssimo, e, apesar das dificuldades, a integração com os colegas de turno a fez superar as dificuldades. Para outras mulheres que querem trilhar o mesmo caminho, ela lançou seu desafio: “O primeiro passo é amar. O segundo é se preparar fisicamente, não só porque somos mulheres, mas porque o esforço físico é demais para todos. Por fim, determinação, persistindo na meta até atingir, pois é importante que nos seja dada a oportunidade de mostrarmos que somos capazes de atuar em qualquer profissão ou ambiente”. (NOTANF, 2019)

A partir de 2017, duas decisões de suma importância foram tomadas no âmbito da MB. A primeira foi em virtude da aprovação da Lei 13.541<sup>19</sup>, a qual possibilitou o ingresso de mulheres na Escola Naval, com a possibilidade de escolha durante o processo de formação entre o CA e o CFN. Agora sim, cumprindo todos os requisitos existentes no plano de carreira para oficiais, foi aberta a possibilidade de elas atingirem a patente máxima dentro da Marinha do Brasil, a de almirante de esquadra, e integrar processos decisórios com um novo olhar. Outra importante decisão foi a incorporação e a formação dos primeiros soldados fuzileiros navais do sexo feminino, em 2024. Estas decisões, sem dúvida, permitirão ao CFN observar e processar as necessidades para que mais mulheres possam fazer a escolha de pertencer a uma força de combate direto e seguir este caminho.

Assim, observa-se que as mulheres que optarem por ingressar no CFN terão as mesmas oportunidades que todos os homens tiveram ao longo de vários anos. Elas poderão concorrer a todos os cargos, funções, promoções e viagens previstas nos regimentos internos do CFN. Está claro que

esse avanço tem sido um desafio e, sem dúvida, proporcionará crescimento técnico e operacional ao CFN nos próximos anos.

## CONCLUSÃO

A evolução das ações militares ao longo dos anos possibilitou que mais mulheres participem em contingentes, apoiando combatentes em frentes de combate. Na IIGM ficou evidente a importância de tropas femininas se juntarem às tropas em combate para realizarem ações fundamentais, como as que se desenvolveram na área médica. Nos anos seguintes, os países que costumam participar de guerras, como Itália, França, Alemanha, Reino Unido e EUA, especificaram a participação das mulheres na linha de frente, a fim de ocuparem os espaços necessários para a continuidade das ações.

Não há dúvidas de que a participação das mulheres em todos os campos de atividades militares é estratégica para o desenvolvimento e aprimoramento de um país. Esta ação deve ser entendida como parte de um projeto nacional que visa desenvolver e consolidar cada vez mais uma mentalidade nacional de defesa, quando todos os seus cidadãos são envolvidos no processo.

No entanto, apenas querer não é suficiente, e decisões políticas mal fundamentadas podem tornar o ambiente operacional de combate distante da realidade desejada. As mulheres precisam ter vontade, persistência, resiliência e determinação para se adequarem às atividades militares em unidades de combate direto, especialmente as de alto risco, e as unidades que conduzem atividades de combate precisam se adequar às reais necessidades das mulheres, visando melhor integração

19 Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/533122838/lei-13541-17>.

e seu emprego efetivo, observando-se, principalmente, a capacidade desejada para uma força militar em combate.

Sendo assim, percebe-se que é um desafio enfrentar as necessidades que precisam ser resolvidas o mais rápido possível para que mais mulheres integrem ou comandem pelotões de infantaria e grupos de operações especiais. O autor, fruto de suas percepções pessoais, citou alguns desafios, tais como melhor divulgação das atividades de combate direto; um olhar “mais clínico” sobre os cursos de formação destinados a essas áreas, focando no que se deseja de um militar que exerce essas atividades sem focar nas diferenças biológicas; entender, estudar e divulgar quais são as reais necessidades físicas e psicológicas; investir e proporcionar uniformes e equipamentos adequados; superar barreiras culturais ainda existentes; e proporcionar, não apenas às mulheres, mas a todos, o necessário equilíbrio entre família e atividade profissional, sendo claro sobre quais serão as reais dificuldades

em relação à vida familiar e ao momento de escolha para se ter filhos.

O CFN aceitou esses desafios e tornou possível integrar mulheres nas atividades de combate direto porque entende e acredita ser uma visão estratégica ter mais mulheres integrando ou exercendo o comando nessas áreas. Hoje, jovens brasileiras já fazem parte dessa tropa e sabem que, quando convocadas pelo povo brasileiro, deverão estar prontas para cumprir seus deveres e o juramento de defender seu país, quando e onde for necessário, e com o sacrifício da própria vida. Ao adquirir essa experiência à frente de pelotões, companhias e batalhões, em poucos anos, essas mesmas mulheres que atualmente estão em processo de ingresso, pertencimento e permanência estarão assumindo funções no alto comando do CFN e da MB, sendo-lhes permitido integrar diversos processos e contribuindo para que as decisões de alto nível tenham um novo olhar e uma nova perspectiva.

*Adsumus!*

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PESSOAL>; Corpo de Fuzileiros Navais; Corpo Feminino; Recursos Humanos;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEMANIA, Bundeswehr (2021). “Mujeres en la Bundeswehr”. Disponível em: <https://www.bundeswehr.de/en/about-bundeswehr/identity-of-the-bundeswehr/equal-opportunities/women-bundeswehr>.
- BIANCONI, Giulliana (2017). “Linha de frente: lugar a ser ocupado por elas”. Disponível em: <https://www.generonumero.media/linha-de-frente-lugar-ser-ocupado-por-elas/>.
- CIASC, 2021. Curso de Aperfeiçoamento de Guerra Anfíbia e Expedicionária (C-Ap-GAnfE). Disponível em: <file:///F:/Artigos%20Alex%202022/1-%20Mujeres%20en%20el%20Combate%20Directo%20%20referencias/referencias/Curriculo-C-Ap-GanfE.pdf>.

- COLD-RAVNKILDE, Signe Marie (2017). “More female peacekeepers will not in itself reduce sexual exploitation”. Disponível em: <https://www.diis.dk/en/research/more-female-peacekeepers-will-not-in-itself-reduce-sexual-exploitation>.
- CONSULTANCY, Berkshire (2010). Study of Women In Combat – Investigation of Quantitative Data. v. 1.4. Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/27404/study\\_woman\\_combat\\_quant\\_data.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/27404/study_woman_combat_quant_data.pdf).
- DONADÍO, Marcela (2010). *Women in the armed and police forces: resolution 1325 and peace operations in Latin America*. Marcela Donadío y Cecilia Mazzotta; con colaboración de Ivette Castañeda García; coordinado por Marcela Donadío y Cecilia Mazzotta. 1ª ed. Buenos Aires: Resdal, 2010. 152 p.; 26x21 cm. ISBN 978-987-25167-2-7. Disponível em: <https://www.resdal.org/genero-y-paz/women-in-the-armed-and-police-forces.pdf>.
- GIANNINI, R. A., FOLLY, M. e LIMA, M. F. (2017). “Situações Extraordinárias. A entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras”. Instituto Igarapé. Disponível em: <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>.
- HARKINS, Gina e SECK, Hope Hodge (2020). “There are no women leading Marine Infantry Platoons. The corps wants to change that”. Disponível em: <https://www.military.com/daily-news/2020/08/05/there-are-no-women-leading-marine-infantry-platoons-corps-wants-change.html>.
- HARRELL, Margaret C. e MILLER, Laura L. (1997). *New Opportunities for Military Women. Effects Upon Readiness, Cohesion, and Morale*. ISBN/EAN: 0-8330-2558-9. Disponível em: [https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph\\_reports/MR896/RAND\\_MR896.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/MR896/RAND_MR896.pdf).
- INZA, Blanca P. (2012). “Afganistán: los equipos de interacción con Mujeres” (FET). Disponível em: [https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_informativos/2012/DIEEEI74-2012\\_FET\\_BPI.pdf](https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_informativos/2012/DIEEEI74-2012_FET_BPI.pdf).
- MYRE, Greg (2013). “Women In Combat: 5 Key Questions”. Disponível em: <https://www.wbur.org/npr/170161752/women-in-combat-five-key-questions>.
- REINO UNIDO (2002). “Report by the Employment of Women in the Armed Forces Steering Group Women in The Armed Forces”. Disponível em: [https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20121026065214/http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/A9925990-82C2-420F-AB04-7003768CEC02/0/womenaf\\_fullreport.pdf](https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20121026065214/http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/A9925990-82C2-420F-AB04-7003768CEC02/0/womenaf_fullreport.pdf).
- RODRÍGUEZ, Pilar Gallardo (2012). “La Mujer Militar en las Fuerzas Armadas”. Disponível em: [file:///C:/Users/awesa/Downloads/Dialnet-LaMujerMilitarEnLasFuerzasArmas-4056074\\_2%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/awesa/Downloads/Dialnet-LaMujerMilitarEnLasFuerzasArmas-4056074_2%20(3).pdf).
- STOLTENBERG, Jens (2020). NATO Secretary General. The Secretary General’s Annual Report. Disponível em: [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/2021/3/pdf/sgar20-en.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2021/3/pdf/sgar20-en.pdf).